TEXTO INTEGRAL

PROVIMENTO 40/2019

PROVIMENTO nº 40/2019

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Desembargador BERNARDO GARCEZ, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVIII do artigo 22 da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro ([Lei nº 6.956/2015](#)).

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos de distribuição das medidas cautelares, nas serventias com atribuição criminal comum ou especial, para que o juiz as aprecie dentro de um único procedimento de inquérito ou flagrante.

RESOLVE:

Art. 1º. As medidas cautelares materializadas no curso do Inquérito Policial (IP) ou do Auto de Prisão em Flagrante (APF) serão encaminhadas no bojo do procedimento criminal (IP ou APF) como petição intercorrente, não se admitindo a sua distribuição autônoma, com exceção das medidas cautelares de caráter sigiloso previstas no artigo 61 da [Consolidação Normativa - Parte Judicial](#).

§ 1º. A medida cautelar não enquadrada na situação prevista no caput deste artigo e na hipótese de não existir procedimento criminal previamente distribuído (IP ou APF) será distribuída como procedimento autônomo, e todos os demais procedimentos subsequentes serão vinculados à mesma peça de origem, enviados como petições intercorrentes.

§ 2º. Em caso de distribuição em desacordo com esta norma, a serventia providenciará o traslado das respectivas peças digitais para o procedimento originalmente distribuído e procederá ao cancelamento da distribuição equivocada, mediante prévia determinação judicial.

Art. 2º. Este Provimento deverá ser observado pelos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias e Serventuários da Justiça das varas com atribuição criminal comum ou especial, bem como pelos membros do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Polícia Civil.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2019.

Desembargador BERNARDO GARCEZ
Corregedor-Geral da Justiça

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.